

A Nova Diplomacia Pública como estratégia de Comunicação Pública Estatal: uma breve discussão no âmbito das Relações Públicas Internacionais.¹

Brandy AGUIAR²

Guibson DANTAS³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Resumo

Na contemporaneidade, a relação dos Estados com a sociedade global é demarcada pela influência das novas tecnologias de comunicação, que potencializaram, por sua vez, a capacidade de informar e influir a opinião pública. Neste texto, a Nova Diplomacia Pública é apresentada enquanto estratégia de Comunicação Pública Estatal de alcance internacional e de caráter público e político, situada no âmbito de interesse das Relações Públicas Internacionais, que permite o estabelecimento do diálogo e da geração de vínculos entre os atores internacionais e seus públicos.

Palavras-chave: relações públicas internacionais; diplomacia pública; sistema internacional.

Introdução

As Relações Públicas Internacionais (RPI) é um campo de estudo forjado na interlocução entre as áreas de Relações Públicas e Relações Internacionais (Dantas, 2023) e sua esfera de análise é caracterizada pela releitura ou surgimento de conceitos advindos das áreas em comento. Um exemplo disso é a noção de diplomacia pública, conceito procedente das Relações Internacionais, que acena, por sua vez, para o diálogo de Estados com públicos externos, a fim de informar e influenciar a formação de opinião.

¹ Trabalho apresentado na Sessão Temática Comunicação Pública e Comunicação de Riscos, atividade integrante do XIX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e-mail brandyaguair@gmail.com

³ Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidad de Málaga. Professor do curso de Relações Públicas da Fabico/UFRGS, e-mail: guibsondantas@outlook.com.

De acordo com Wolf e Rosen (2005), a diplomacia pública difere da diplomacia tradicional por abranger os vários públicos que compõem o corpo social, enquanto a diplomacia tradicional é endereçada à relação entre os Estados que fazem parte do sistema internacional. Ademais, a informação gerada pela diplomacia pública é transparente e de conhecimento comum, ao passo que a informação oriunda da diplomacia tradicional tende a ser sigilosa ou até mesmo secreta.

Em uma ótica tradicional, a diplomacia pública é baseada em relações governo-para-governo (G2G) ou governo-para-pessoa (G2P), considerando os cidadãos apenas como receptores. No entanto, com o maior alcance das tecnologias da comunicação — que potencializaram as manifestações populares e o acesso às informações de interesse público — e, conseqüentemente, com a ampliação do fluxo cultural entre cidadãos ao redor do globo, nota-se uma transformação dos movimentos diplomáticos, com maior interferência da sociedade nas decisões políticas.

Por conta disso, Szondi (2009) identificou uma radical mudança no que diz respeito à tratativa da diplomacia pública em relação aos públicos. Surge, então, a concepção de Nova Diplomacia Pública, que passa a ser empregada pelos Estados juntamente com diplomacia pública tradicional, focada em persuadir através da propaganda e da intimidação gerada pelo poderio bélico e financeiro.

A Nova Diplomacia Pública

A Nova Diplomacia Pública apresenta uma visão geral mais discursiva do que instrumental. Para lograr um diálogo transparente e efetivo, se vale da participação de diferentes atores da sociedade civil global, que “possuem o conhecimento e a credibilidade necessários para defender determinados interesses e valores, gerar confiança e poder colaborar com seus homólogos no exterior” (Azpíroz, 2012, p. 60).

Villanova (2017), com base nas nomenclaturas propostas por Cull (2008), afirma que, entre os componentes da Nova Diplomacia Pública, se sobressaem a escuta, a *advocacy*, a diplomacia cultural, a diplomacia de intercâmbio e a difusão internacional (quadro 1).

Quadro 1 - Componentes da Nova Diplomacia Pública

Componente	Descrição
Escuta	Pesquisa de opinião pública para redirecionar políticas ou suas ações de diplomacia pública.
<i>Advocacy</i>	Promoção de políticas, ideais ou interesses para públicos estrangeiros com o objetivo de influenciar sua opinião.
Diplomacia cultural	Conjunto de iniciativas com o objetivo de gerenciar o ambiente internacional ao tornar sua cultura conhecida no exterior.
Diplomacia de intercâmbio	Conjunto de ações com o objetivo de gerenciar o ambiente internacional por meio de intercâmbio de cidadãos para períodos de estudo.
Difusão cultural	Conjunto de ações com o objetivo de gerenciar o ambiente internacional por meio da veiculação de conteúdos nos meios de comunicação de massa para lograr engajamento com públicos estrangeiros.

Fonte: elaborada pelos autores.

A “escuta” é, de acordo com Cull (2008), o componente que dá início a qualquer iniciativa bem-sucedida no campo da diplomacia pública. Nesse sentido, remonta ao esforço de gerenciar o ambiente internacional, ou seja, coletar e analisar a opinião dos públicos para, assim, poder redirecionar políticas ou ações diplomáticas. Ressalta-se que as etapas que compreendem a “escuta” na ótica de Cull se assemelham com o processo de Relações Públicas defendido por Fortes (2003), pois este também destaca a importância da apreciação do comportamento dos públicos para que se possa fazer um levantamento das condições internas e, conseqüentemente, um ajuste das políticas administrativas do ator envolvido.

Já o componente “advocacy” envolve a “promoção de políticas, ideias ou interesses por um ator internacional para os públicos estrangeiros com o objetivo de influenciar sua opinião” (Villanova, 2017, p. 64). As relações de uma embaixada com a imprensa local mediadas por uma assessoria de imprensa ou o trabalho de informação dos ministérios de relações exteriores são exemplos da prática de “advocacy”.

O fato de o trabalho de “advocacy” ser essencialmente de persuasão, no qual o Estado tenta promover uma determinada política para cooptar outro ator, leva Bonfin (2017, p. 4) a sustentar que “todas as ações de diplomacia pública têm fundamento no “advocacy”, já que defendem ideias especialmente interessantes para o país”.

A “diplomacia cultural” é um componente que busca promover temas que gerem benefícios recíprocos a cidadãos dos Estados envolvidos. O fato de criar experiências multissensoriais, faz com que as atividades culturais promovidas por um Estado em outro “também repercute positivamente no plano comercial, favorecendo, sempre a título de pano de fundo, o fortalecimento de um clima de confiança nas qualificações desse país” (Ribeiro, 2011, p. 39).

A “diplomacia de intercâmbio”, comumente se refere aos projetos patrocinados pelas chancelarias, com o intuito de levar formadores de opinião para conhecer o país ou a concessão de bolsas de estudo para estudantes com destacada performance acadêmica.

Por fim, a “difusão internacional” é um componente que utiliza os meios de comunicação de massa como rádio, televisão e internet, como instrumentos de veiculação de notícias que facilitem a adesão pública aos interesses do Estado. Vale sublinhar que esse é um componente que difere dos demais, pois todos os outros empregam estratégias de comunicação dirigida, isto é, transmitem informações para estabelecer comunicação limitada e orientada para públicos específicos.

Considerações finais

A evolução das táticas da diplomacia pública se deve, sobretudo, às mudanças ocorridas na sociedade por conta da comunicação globalizada, potencializada pela natureza colaborativa das novas mídias, como o Instagram, Facebook, Youtube e X. Esse cenário compeliu os formuladores de política externa dos países a incluir, entre as suas diretrizes, “o engajamento no diálogo online, identificado como recurso legítimo e necessário para influenciar a percepção sobre suas decisões políticas. Hoje, o meio digital já é considerado essencial para a comunicação com a sociedade” (Villanova, 2017, p. 70).

À vista disso, conclui-se que, apesar dos modelos tradicionais de fazer política e diplomacia ainda estarem presentes – consideradas aqui as especificidades culturais e de desenvolvimento de cada Estado –, no início deste século, surgiu uma nova forma de fazer diplomacia pública. Em outras palavras, uma nova estratégia de Comunicação Pública Estatal, pautada por premissas oriundas da reflexão e da prática das RPI, com ênfase no relacionamento com os públicos.

Referências

AZPIROZ, M. L. Diplomacia pública: el caso de la 'guerra contra el terror'. Barcelona: UOC, 2012.

BONFIN, C. V. A. Diplomacia pública: interdisciplinaridade e aplicação da teoria da excelência em Relações Públicas. In: XI Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, 2017, Porto Alegre. Anais do XI Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. São Paulo: Abrapcorp, 2017.

CULL, N. J. Public diplomacy: taxonomies and histories. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, v. 616, n. 1, p. 31-54, 2008.

DANTAS, G. Relações Públicas Internacionais: quatro passos para uma reorientação da subárea. In: XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 2023, Campo Grande. Anais do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. São Paulo: Intercom, 2023.

FORTES, W. G. Relações Públicas: processo, funções, tecnologia e estratégias. 3. Ed. Revista. São Paulo: Summus, 2003.

RIBEIRO, E. T. Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira. Brasília: Funag, 2011.

SZONDI, G. Public diplomacy and nation branding: Conceptual similarities and differences. The Hague: Clingendael Institute. 2008.

VILLANOVA, C. L. D. Diplomacia pública e imagem no Brasil no século XXI. Brasília: Funag, 2017

WOLF, C.; ROSEN, B. Public democracy: lessons from King and Mandela. Policy Review, vol. 133, 2005.